

RESENHA

***Pro Dia Nascer Feliz.*¹**

Zidelmar Alves Santos²

A educação na UTI³

O diretor João Jardim demonstrou coragem e competência ao expor no longa-metragem *Pro dia nascer feliz*, um retrato da educação brasileira. Com experiência em diversas funções na TV e cinema, estreou como diretor de longa-metragem em 2002 com o documentário *Janela da alma*. Este filme permaneceu por mais de quarenta semanas em cartaz nos cinemas do Brasil. Recentemente, co-dirigiu *Lixo extraordinário*, documentário indicado ao Oscar em 2011.

Em *Pro dia nascer feliz*, o diretor João Jardim faz abordagens acerca da fragilidade do sistema educacional brasileiro. Deixa transparecer a personalidade dos jovens da atualidade, retratando sonhos e expectativas de educandos de 13 a 17 anos, estudantes ricos e pobres elucidando um painel sócio-cultural da educação no Brasil. Dando fundamentação a essa abordagem, estão os depoimentos de pais, alunos e professores.

O documentário expõe a realidade de instituições de ensino distintas, espalhadas por três estados: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Desta maneira, apresenta o contraste entre as diferentes realidades: de um lado, escolas com estruturas precárias, a exemplo da Escola Estadual Cel. Souza Neto (em Manari, Pernambuco) e escolas com estruturas modernas, como no caso do Colégio Santa Cruz (em São Paulo). Deste modo, evidencia a desigualdade social, ao expor estudantes marcados por uma realidade de pobreza e violência aliadas a má administração dos recursos destinados a escola pública.

O resultado: a educação na UTI. Surge então uma pergunta: de quem é a culpa? Quem assiste o documentário logo percebe o embate entre o discurso do aluno e o discurso do professor: de um lado, alunos que culpam os professores, visto que estes faltam muito; do outro, professores que culpam os alunos, alegando que estes vão a escola sem o propósito de assistir as aulas, como se o colégio fosse apenas uma válvula de escape à realidade vivida.

O inciso I, do artigo 3º da Lei 9394/96 (LDB) expõe a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" como um dos princípios do ensino (BRASIL, 2010, p. 11). No entanto, a chocante realidade exposta no filme demonstra contradição. Um exemplo é a dificuldade dos estudantes de Manari no que diz respeito ao transporte escolar. Naquela cidade, durante o período de gravação do documentário, não havia ensino médio. Por tal

¹ Direção e Roteiro: João Jardim. Produção: Flavio R. Tamberlini; João Jardim. Produtora: Tamberlini Filmes; Fogo Azul Filmes; Globo Filmes. [S.I.]. 2006. 1 DVD.

² Graduado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, BA.

³ Uma versão anterior deste texto está disponível na internet no portal webartigos.com.

motivo a prefeitura da cidade disponibilizava um ônibus sucateado aos estudantes, para que estes pudessem ter “acesso” a educação em outro município. Houve o caso de uma estudante frequentou a escola apenas três vezes num período de duas semanas devido à quebra do ônibus, o que nos permite conjecturar e perguntar onde se encontra a suposta “igualdade de condições” prevista na LDB.

As relações de poder são evidenciadas. A dicotomia entre professor e aluno salta aos olhos, principalmente se considerarmos premissas que atestam para professores e alunos os *status* de “detentores” e “receptores” do conhecimento. Não obstante, cabe alertar que, apesar de ter o conhecimento do livro didático, o professor se encontra em dependência em relação aos pesquisadores acadêmicos (CABRINI et al., 1994, p. 20). Alguns alunos observados pelo diretor apresentam-se de forma passiva ou descomprometida, enquanto alguns professores, por outro lado, demonstram pulso firme ou certo conformismo pela situação em que se encontram estes alunos.

A cena do conselho de classe se destaca, pois apresenta a discussão dos professores a respeito da aprovação ou reprovação de um aluno. Os professores discutem se vale a pena aprová-lo, posto que este não havia alcançado índice para aprovação. Quando a nota do aluno mencionado na disciplina de História é perguntada, a professora responde negativamente, entretanto acaba aprovando-o no conselho de classe.

O estudante não estava apto, mas foi aprovado sob a alegação de alguns docentes que afirmaram que ele estava “melhorando”, mesmo com membros do conselho alertando que o mesmo poderia “ser um problema” no ano seguinte. De acordo com Vasconcelos “Em algumas escolas, ao invés de se investir na relação de ensino-aprendizagem para ajudar a superar as necessidades, são criados “anexos”, “penduricalhos” para produzir nota” (VASCONCELOS, 2003, p. 94). O próprio aluno afirma que não aprendeu “porra nenhuma, nada” na disciplina de História.

O diretor demonstra maturidade ao organizar e nos apresentar o filme sob três óticas: a dos alunos menos abastados, que enfrentam dificuldades e que lutam para chegar à escola; a dos que estão à margem da sociedade, em contato com uma situação de violência e criminalidade e aqueles ligados à elite, que enfrentam “problemas” para harmonizar a vida social as exigências escolares.

O documentário, lançado em 2006, vai muito além do entretenimento. Ele é inovador, visto que nos apresenta “realidades” pouco difundidas nos meios de comunicação de massa. Desta maneira, levando em consideração a proporção continental de nosso país, é pertinente perguntar-nos: em que “Brasil” nós vivemos? É possível ascender socialmente através da educação se os reais indicadores educacionais são camuflados?

Se partirmos da conjectura de que os indicadores são encobertos, chegamos à conclusão de que há uma falsa impressão acerca da melhora dos índices da educação. Este documentário explicita o estado deprimente em que se encontra o nosso sistema educacional e proporciona ao telespectador uma reflexão acerca da falta de investimento por parte das autoridades (in) competentes: afinal de contas, quem são os grandes beneficiados com o sucateamento do sistema educacional? Se existe verba para investimento neste setor, pra

onde ela vai? Ou seria melhor perguntar: ela vai para o bolso de quem? Pena que essas e outras perguntas tão pertinentes nunca são respondidas.

Referências

BRASIL. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CABRINI, Conceição. [Et. al.] *O Ensino de História*: revisão urgente. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VASCONCELOS, Celso dos S. *Avaliação da Aprendizagem*: Práticas de Mudança por uma Práxis Transformadora. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2003.